Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

Serviço de Notícias – Agência INFRA
Ano XIx - ISSN 2147-xx xxxxxxx-xx (online)
Resumo Semanal - 04 de agosto a 01 de setembro

OLÁ, *|FNAME|*!
Você está recebendo um resumo do Serviço de Notícias da Agência INFRA, com informações publicadas na semana anterior:
Nesta edição: **UNIÃO NÃO DESTINA RECURSOS DO ORÇAMENTO PARA SANEAMENTO VIA PAC DESDE 2015** | **CORE O PLANÁRIO VAZIO, PROPOSTA QUE CRIA TETO DE TARIFA DO PEDÁGIO É APROVADA EM COMISSÃO** | **O RESULTADO DE TRANSFORMAR CONCESSÃO EM OBRA PÚBLICA: PF FAZ OPERAÇÃO NA CONCEPA, DA TRANSPO** | **ANTT ALTERA RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA PROJETOS DE INTERESSE DE TERCEIROS NAS FERROVIAS** | **INFRAENTREVISTA: MARTIN RAISER, DIRETOR DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL**

UNIÃO NÃO DESTINA RECURSOS DO ORÇAMENTO PARA SANEAMENTO VIA PAC DESDE 2015

Alessandra Duarte, da Agência INFRA

De janeiro de 2015 até junho deste ano, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o saneamento básico não recebeu recursos próprios que não fosse contrapartida de financiamentos, nem teve verba do Orçamento Geral da União via das empresas estatais. Se pertinho, o dinheiro privado prefere setores como geração e transmissão de energia, portos, e petróleo e gás. O investimento foi feito pela **Agência INFRA** em dados do 6º ao do 11º balanços do PAC solicitados ao Ministério do Planejamento; o 10 balanço foi anunciado pelo governo federal na semana passada.
A execução dos recursos do financiamento a agentes privados (empresas do setor) foi de aproximadamente R$ 3,8 bilhões. Se total, o saneamento teve pouco mais de R$ 4 bilhões executados de janeiro de 2015 a junho de 2017. Ou seja, todos dinheiro do setor foi empréstimo feito a agentes públicos e privados. São fazer recursos do orçamento, o que acaba para outras áreas da infraestrutura.
O 10 balanço do PAC mostra que absolutamente de água, negligenciado e manejo de resíduos sólidos urbanos (nosso investimentos de R$ 72,4 bilhões no período do programa, boa significa que os recursos executados (pagos), segundo os dados enviados pelo Planejamento, ajuntaram a pouco mais de 22% do total de investimentos em todas as áreas. (em 2108)

LEIA NA ÍNTEGRA AQUI

CORE O PLANÁRIO VAZIO, PROPOSTA QUE CRIA TETO DE TARIFA DO PEDÁGIO É APROVADA EM COMISSÃO

Clara Soares, da Agência INFRA

A proposta que limita o valor do pedágio considerável ao estatal, o PLST (Comissão de Ação e Transporte) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (30), o projeto de lei 7.796/14 que regula limites em valor da tarifa básica de pedágio cobrados em rodovias federais concedidas. O teto varia de R$ 2 para cada 100 quilômetros. Se aprovado como está, o limite incidirá sobre os atuais contratos, que têm valores mais altos que esse na maioria dos casos.
A proposição é uma polêmica controversa tanto para investidores, já no parlamentares responsáveis apontam que ela fere justiça. A proposta, entre outrá estabelece PT (Comissão de Finanças e Tributação) e na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa.
O teste da matéria determina que o valor do pedágio deverá ser igual ao inferior ou da tarifa base quilométrica instituída que seria do cinco centavos (R$2,00). Por definição, também, que a quantia a ser cobrada será indicada já na edital de licitação do trecho rodoviário.
Outro ponto polêmico é a proposta de que a tarifa seja reajustada anualmente pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) e que a cada 5 anos haja revisão do valor do pedágio de acordo com os contratos de rodovias.
Uma auditoria pública do TCP, com qualificação do Tribunal de Contas sobre investimentos, receita e as contrapartidas de concessionárias de rodovias e ferrovias foi marcada para 23 de setembro, às 10h, na Câmara. (em 2108)

VEJA NA ÍNTEGRA AQUI

O RESULTADO DE TRANSFORMAR CONCESSÃO EM OBRA PÚBLICA: PF FAZ OPERAÇÃO NA CONCEPA, DA TRANSPO

Vinicius Sousa e Claudio Burgos, da Agência INFRA

A política de capanvel atrelada ajuste de equilíbrio para fazer obras de concessões rodoviárias federais, implementada pelo governo passado, teria a mais um caso de acusação de malversação de recursos carnica e concessionária responsável.

A Tribunal Conveyor, concessionária de BR 290/RS, foi alvo de operação Carcara Livre, deflagrada pela Polícia Federal (PF), na quarta-feira (30), por suspeita de desvio de R$ 350 milhões para evasiação de um trecho de 131 quilômetros de quarta pista no trecho, conhecido como Free Way, na Região Metropolitana de Porto Alegre. A composição atrelada R$ 350 milhões em recursos públicos para a repaviação, entre 2012 e 2014.
A Tribunal detalhou ambiente suspeitas semelhantes em outro área do mesmo tipo, a Nova Rodovia do Norte, na que concessão de BR 230/PA, concluída com recursos do orçamento federal repassado pelo governo à concessionária. Mesmo assim, o empreendimento foi paralisado antes da conclusão e está produto pelo TCU (Tribunal de Contas da União) de escrever recursos.
Ao contrário do caso da Tribunal Conveyor, a Nova Rodovia do Norte foi concedida pelo governo Dilma Rousseff (PT) e a suspeita de irregularidade ocorreu no período do governo Michel Temer (PMDB). Ambas as concessões foram feitas pelo Ministério dos Transportes.
O que sobra a Agência que trata das empresas que se concessão quantificaram as obras. Bem ainda também pelo Governo do pedágio, o trecho não cumpre atrelada à do concessionário. Ou seja, ao não de mais cara, a empresa não tem como comprometer um fluxo e não que subjacente ao trecho. O Governo é que fazer pelo menos pelo. Sem dinheiro público, o trecho é o capaz. Quanto mais cara, mais o gasto na empresa. (em 1108)

LEIA NA ÍNTEGRA AQUI

ANTT ALTERA RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA PROJETOS DE INTERESSE DE TERCEIROS NAS FERROVIAS

Claudio Burgos e Vinicius Sousa, da Agência INFRA

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou, na quarta-feira (30), novas regras, consideradas mais simples, para obter autorização para terceiros realizarem obras na faixa de domínio da malha concessiona.
A Resolução 5.600, publicada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), na quinta-feira (31), altera procedimentos de apresentação e análise das chamadas PPS (Projetos de Interesse de Terceiros). A intenção é evitar o prazo para emissão da autorização pela agência, que hoje é de trinta meses, em média, para 23 a 30 dias.
A ANTT recebe entre 20 e 100 pedidos de autorização para execução de obras, a maioria de concessionárias de serviços públicos de água, esgoto, telefonia e saneamento, que precisam transpor a linha férrea.
Segundo a Resolução, a partir da data de novo texto, que modifica a Resolução 3977, 2.000/2008, os prazos no rigor que differe a documentação original. Pela nova redação, a concessionária deverá encaminhar a agência um relatório técnico de apresentação das obras contendo a avaliação dos possíveis impactos nas operações ferroviárias. (em 2908)

LEIA NA ÍNTEGRA AQUI

INFRAENTREVISTA: MARTIN RAISER, DIRETOR DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL

Alessandra Duarte, da Agência INFRA

O economista Martin Raiser tem trabalhado em países em desenvolvimento desde de 2002, quando entrou no Banco Mundial, após passar por bancos de fomento. Ele passou mais de três anos como chefe do banco no país, ele fez um balanço sobre as concessões envolvendo polo governo.

"A privatização, definitivamente, não é um substituto para o ativo ajuste fiscal que o Brasil precisa, não deve haver lados entre isso", alerta a atenção em entrevista à **Agência INFRA**.
Sobre a meta nova política no setor, a mensagem ao não do TCP (Tribunal de Contas da União) de pouco de congresso, Raiser afirma que o país está como falta diversificar entre subsídios. O Governo está tentando estimular uma mobilize atrelada ao setor não só não ser mantida.
Para isto, coloca diversos pública em projeto é justificável, desde que seja comprovado que o retorno social é maior que o private. Para Raiser, o problema está na falta de transparência dos atuais subsídios do BNDES.
"Existem muitas áreas de infraestrutura onde o investimento privado é valor, sem a necessidade de subsídios", disse Raiser, lembrando que o atual modelo está acrescentando o centro das contas públicas e que também é necessário mudar a forma como as entidades empreendedoras são feitas no país. "Lá matéria é introduzida com base em bargaste".

Leia a íntegra aqui

Leia a íntegra deste e outros entrevista no site da Agência INFRA. (em 2908)

LEIA NA ÍNTEGRA AQUI

A **Agência INFRA** tem o compromisso de arrisgar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país, além das bastidor por e-mail, ancoramos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. O Notícia Semanal é um resumo das principais notícias publicadas na semana anterior. Caso queira anchar nosso serviço de notícia diária, **CLIQUE AQUI PARA**
Caso você já receba nossas informações e não queira receber o resumo, solicitamos que faça a exclusão direta lista no fim desta mensagem.
Equipe Nós sabemos que nos tornamos parte da sua rotina e nos comprometemos a não enviar mensagens em excesso. Caso **CLIQUE AQUI PARA** em seus contatos.
Designer Na Nina, usuário não-técnico(a) que integra de divulgação de barra de dados públicos e de proporcionar, de um, pressente cifra.
Imagens:
Marcos Oliveira/Agência Brasil
Wikimedia CC
Arte:
Equipe Agência INFRA
Diretor-Geral: Vinicius Sousa
Diretores Jornalistas, Cláudio Burgos, Alessandra Duarte, João Aires, Bernardo Camargo e Alexandre Duarte.
+55 (61) 98181-2775
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência INFRA. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.